

**RIBEIRO, Cândido Barata**

\* pref. DF 1892-1893; min. STF 1893-1894; sen. DF 1900-1909.

*Cândido Barata Ribeiro* nasceu na cidade de Salvador, capital da província da Bahia, no dia 11 de março de 1843, filho de José Maria Cândido Ribeiro e de Veridiana Barata Ribeiro.

Em 1853 transferiu-se para a cidade do Rio de Janeiro, então capital do Império. Após a conclusão dos estudos preparatórios, matriculou-se na Faculdade de Medicina, onde se formou em ciências médicas e cirúrgicas em dezembro de 1867. No início da carreira clinicou na cidade de Campinas (SP), onde dirigiu o Serviço Médico e Cirúrgico do Hospital de Caridade e fundou uma escola para crianças pobres. Ainda na província de São Paulo, exerceu o cargo de comissário vacinador. De volta à capital do Império, tornou-se professor da Faculdade de Medicina e atuou na campanha abolicionista e na propaganda republicana.

Com a proclamação da República (15/11/1889), iniciou sua trajetória política no Conselho de Intendência Municipal, órgão legislativo da cidade do Rio de Janeiro criado pelo Decreto nº 50 A, de 7 de dezembro de 1889 no lugar da Câmara de Vereadores, então extinta. Nomeado intendente pelo então presidente da República, marechal Floriano Peixoto, assumiu a presidência do Conselho Municipal no dia 12 de abril de 1892. Mantendo estreita ligação com o governo federal, teve uma atuação marcada por incidentes que o incompatibilizaram com os intendentess e por atos que, contrariando interesses econômicos de comerciantes e empresários da cidade, geraram críticas desses setores. Apesar da oposição enfrentada, após a promulgação da Lei Orgânica do Distrito Federal, nº 85, de 20 de setembro de 1892, foi nomeado em dezembro seguinte primeiro prefeito do Distrito Federal.

À frente da prefeitura, elegeu como prioridade o desenvolvimento de políticas voltadas para as questões da higiene e saúde, combatendo estalagens e cortiços da cidade considerados insalubres. As relações com os novos legisladores locais, eleitos com início da vigência da Lei Orgânica do Distrito Federal, também foram tumultuadas, em função da

tendência à absorção de prerrogativas do Legislativo pelo Executivo. Em sua gestão, surgiram ainda protestos de proprietários e arrendatários de prédios contra as medidas adotadas visando ao aumento das receitas municipais.

Sua permanência na prefeitura da cidade do Rio de Janeiro durou apenas cinco meses. Em 22 de maio de 1893, seu nome foi rejeitado pelo Senado, instituição responsável pela sanção da escolha presidencial. O parecer da Câmara Alta apontou a incompatibilidade de exercício do cargo, prevista no artigo 22 da Lei Orgânica do Distrito Federal, já que Barata Ribeiro havia exercido anteriormente a presidência do Conselho Municipal.

Fora da prefeitura, em outubro de 1893 foi nomeado ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) e em 25 de novembro seguinte tomou posse. Submetida sua nomeação ao Senado, em sessão secreta de 24 de setembro de 1894, a exemplo do ocorrido anteriormente, a Câmara Alta negou sua aprovação, dessa vez com base em parecer da Comissão de Justiça e Legislação, que considerou desatendido o requisito de “notável saber jurídico.” Ao deixar o STF, retomou suas atividades profissionais na cidade, sem abandonar as atividades políticas. À frente do Partido Republicano do Distrito Federal (PRDF), e ao lado do senador carioca Augusto de Vasconcelos, comandou a política no Distrito Federal até o início da primeira década do século XX. Essa ascendência sobre a política municipal foi garantida com a conquista de uma cadeira no Senado em eleição realizada em 30 de dezembro de 1899.

Reconhecido senador em maio de 1900, permaneceria no Senado até 1909. Embora não tenha feito parte de nenhuma comissão permanente no período, sua atuação foi destacada em algumas conjunturas. Empenhou-se na defesa de bandeiras como a autonomia do Distrito Federal, a garantia de direitos civis e políticos dos cidadãos, e o incentivo ao desenvolvimento de políticas públicas de proteção à indústria nacional e à infância desvalida. Durante o governo de Campos Sales (1898-1902), utilizou com frequência a tribuna para criticar o governo e as práticas do presidente relativas à política municipal. Em 1901, chegaria a afirmar que o Distrito Federal era o pior dos “burgos podres” e, no ano seguinte, que Brasil não era uma nação, pois estava submetido ao que chamava de “regime

da senzala”, ou seja, à vontade do presidente. Ainda em 1901, nas discussões sobre tarifas alfandegárias a serem praticadas pelo governo brasileiro, defendeu a proteção do Estado à indústria nacional como meio de baixar o preço final de determinados produtos ao consumidor. Na ocasião ressaltou as desiguais condições de produção dos industriais brasileiros em relação aos estrangeiros, sobretudo no tocante ao valor do capital e do trabalho.

Em 1902, criticou a criação do Gabinete Bromatológico na cidade do Rio, usando como argumento os gastos da iniciativa num contexto marcado pelo atraso no pagamento do funcionalismo municipal. Posicionou-se contra também a proposta de passagem dos serviços de higiene da esfera municipal para a federal, por entender que a ação comprometia a autonomia do Distrito Federal em matéria de saúde pública. No ano seguinte, denunciou ocorrências na política do Distrito Federal, como o adiamento das eleições. Na discussão do projeto do Senado nº 14, que estabelecia a obrigatoriedade da identificação antropométrica par todos os cidadãos que dessem entrada na Casa de Detenção, defendeu os direitos civis e políticos e as garantias individuais. Apresentando projeto de lei alternativo sobre a matéria, propôs a identificação apenas de réus condenados, após a sentença estabelecida, independentemente de sexo, cor, raça ou condição social. Seu projeto proibia ainda a exibição de retratos dos condenados.

Em 1904, durante a tramitação do projeto que tornava obrigatória a vacinação e revacinação contra a varíola em todo o país, censurou a proposição. Além de questionar a infalibilidade da vacina, argumentou que ela constituía uma investida contra os direitos e liberdades individuais. Na ocasião, aprofundando a crítica, acusou o prefeito Pereira Passos de ser um empregado do presidente da República que administrava o Distrito Federal de acordo com seus caprichos. Defenderia, mais adiante, a revogação da vacina, para o restabelecimento da ordem social, e a abertura de créditos destinados à criação de institutos para a vacinação das pessoas que assim o desejassem.

Em 1905, nos debates sobre o projeto de lei que estabelecia a taxaço de prédios de instituições de caridade e beneficência, questionou a proposta, destacando a importância de

instituições dessa natureza no trabalho prestado à população e a inexistência de assistência pública no país. Na ocasião ressaltou que, ao mesmo tempo em que se tentava privar tais instituições de recursos para seu funcionamento, era construído na cidade um Teatro Municipal, destinado ao entretenimento de poucos. Denunciou ainda o estado sanitário do município e a existência do impaludismo.

Foi também autor do projeto de lei que aumentava os vencimentos dos agentes do Correio, em 1906, e do projeto que autorizava o governo, em 1907, a prestar à clínica pediátrica do Hospital de Misericórdia do Distrito Federal o mesmo auxílio concedido à clínica da Faculdade de Medicina. O objetivo era criar condições para a ampliação da prática discente e, ao mesmo tempo, dotar o hospital, que atendia à população pobre, de modernas condições de funcionamento. Ainda em 1907, criticou os mecanismos de valorização do café, defendendo sua substituição por medidas de estímulo à produção de gêneros de primeira necessidade para o barateamento do custo dessas mercadorias. Nos dois últimos anos de seu mandato no Senado, continuaria a defender a autonomia do Distrito Federal e a combater a subtração das prerrogativas do Legislativo local.

Faleceu na cidade do Rio de Janeiro no dia 10 de fevereiro de 1910.

Era casado com Ana Borges Barata Ribeiro.

Publicou: *Das causas e tratamento da retenção de urina; Quais as medidas sanitárias para impedir o desenvolvimento e a propagação da febre amarela no Rio de Janeiro* (tese do concurso para docente da Faculdade de Medicina); *Relatório sobre a questão médico-legal Castro-Malta* (1885); *Discursos na Faculdade de Medicina* (1867 e 1887); *Segredo do lar* (drama em quatro atos, 1881); *Mulheres que morrem, O soldado brasileiro, A mucama, O divórcio; Propaganda abolicionista; Ofício dirigido ao ministro do Interior sobre o projeto da conferência para levantamento da planta da catedral do Distrito Federal* (1892); *Exposição de motivos sobre a suspensão do ato do Conselho Municipal acerca do concurso para escolas municipais; Discursos no Senado Federal* (1900 a 1908).

*Surama Conde Sá Pinto*

FONTES: ABRANCHES, J. *Governos; Assistência pública*; BARATA, A. *Vida* (p. 24-25); BARATA, C.; BUENO, A. *Dicionário*; BASTOS, A. *Conselho*; BLAKE, A. *Diccionario*; LEITE NETO, L. *Catálogo biográfico*; REIS, J. *Rio de Janeiro*; SANTOS, N. *Esboço*; SENADO. *Anais* (1900-1909); WEID, E. *Prefeito*.